

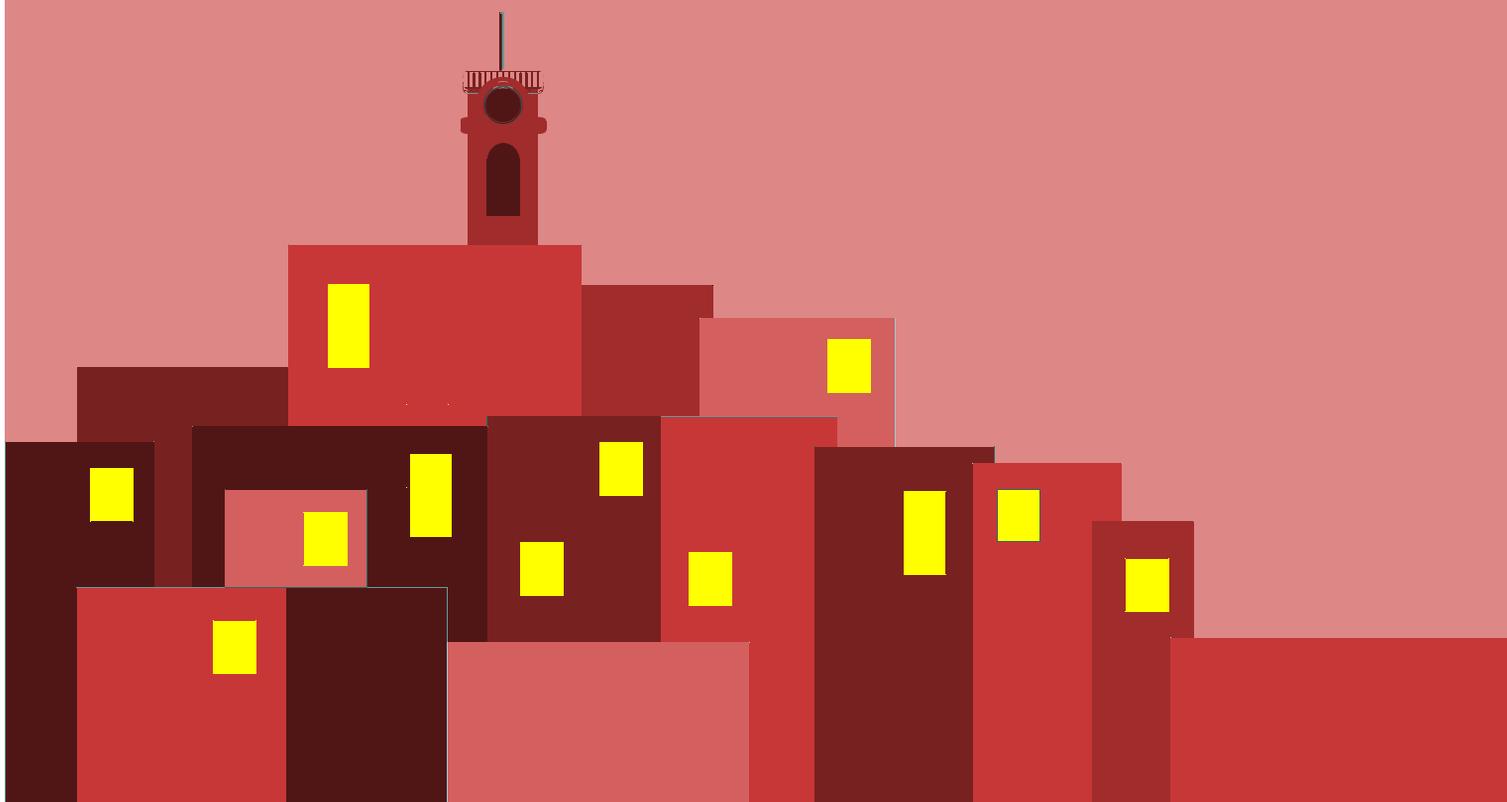
XII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE COIMBRA

SÁBADO | 18 JUNHO 2022 | 15H
ESPAÇO 25 (CT Coimbra)



Contigo todos os dias

SALÁRIOS / PENSÕES / SAÚDE / HABITAÇÃO



XII Assembleia da Organização Concelhia de Coimbra

Projecto de Resolução Política

1. Situação social e política no Concelho

1.1. A situação nacional

O período decorrido entre Assembleias fica marcado por 4 acontecimentos que tiveram reflexos na situação política e social no País, no Distrito e naturalmente em Coimbra:

- **A nova situação política resultante das eleições legislativas de 2015** e que prosseguiu até 2021, que se caracterizou por avanços, ainda que limitados, nas condições de vida dos trabalhadores e do povo, bem como na manutenção e reforço dos serviços públicos fundamentais.

- **A pandemia de COVID-19**, que alterou significativamente a nossa forma de vida e organização social, com impactos profundos no tecido económico, com o acentuar de assimetrias e dificuldades para largas camadas da população, que foram mais uma vez chamados a suportar por inteiro a crise.

- **A situação política resultante das legislativas de 2022**, a obtenção da maioria absoluta do PS que resultou num equilíbrio institucional negativo para as camadas exploradas, que tem consequências nefastas e que põe fim a uma solução política que permitiu avançar em matérias importantes.

- **A escalada e intensificação da guerra**, nomeadamente o conflito militar na Ucrânia, e as crescentes provocações da NATO na Europa, com as consequências políticas e económicas que conhecemos, e com um risco acrescido de contornos imprevisíveis de evolução. Também aqui já é visível o aproveitamento dos grandes grupos económicos para, a pretexto de mais esta crise, avolumarem mais lucros à custa de um clima social e político propício.

1.2. A situação política e autárquica no Concelho

1.2 Caracterização da situação social do concelho

Coimbra, tendo uma extensão de 319,40 km², 140.796 habitantes em 2021 e, portanto, uma densidade populacional de 441 habitantes por km², dividindo-se em 18 freguesias e uniões de freguesia, correspondentes a 31 freguesias antes da imposição da fusão destes órgãos autárquicos. Tem uma área urbana de 94,65 km², 99.792 habitantes em 2021 e uma densidade populacional de 1.054 habitantes por km², sendo a oitava maior cidade do país.

Coimbra tem um peso significativo do sector de serviços, sobretudo do ensino e da saúde. A Universidade de Coimbra, o Politécnico e os Hospitais têm um peso significativo ao nível da empregabilidade.

A **situação social, económica e política** do concelho de Coimbra, nos últimos anos, não difere significativamente do todo nacional.

O **desemprego** atinge, no concelho, 4125 trabalhadores (abril de 2022), segundo dados oficiais do IEFP, bem abaixo do desemprego real. Destes, 1985 são homens e 2140 são mulheres.

Dos atuais 4125 desempregados, 1069 têm formação de nível superior, 405 são jovens com idade até 25 anos, 955 são jovens entre os 25 e os 34 anos e 1143 têm 55 ou mais anos. Sendo os números oficiais de desemprego muito inferiores ao desemprego real, estes números continuam preocupantes, apesar de algum decréscimo em comparação com anos anteriores. Apesar das estatísticas oficiais, numa primeira leitura, traduzirem uma travagem ou mesmo um decréscimo no número de desempregados, tais valores escondem o número crescente de desempregados de facto em diversos programas ocupacionais e deste modo excluídos das estatísticas. É igualmente muito preocupante a situação social dos desempregados que, em número crescente, ficam excluídos de receber subsídio de desemprego.

Apesar de aumentos nos salários e nas pensões, conseguidos pela luta os trabalhadores e pensionistas e por força do contexto político dos últimos anos, estes não chegaram para responder a profundos problemas sociais existentes. Persiste a carência de habitação condigna. Persistem problemas de prostituição e de mendicidade. Com o agravamento acentuado do custo de vida, muitos cidadãos deixam de conseguir adquirir bens de primeira necessidade, incluindo medicamentos e alimentos, ou de cumprir com os pagamentos de eletricidade, água ou gás.

A precariedade laboral continua a ser a antecâmara do desemprego, uma forma de exploração que sucessivos governos não só não atacaram, como agravaram na última revisão do Código de Trabalho em 2019.

Se de acordo com os Quadros de Pessoal do MTSSS, em 2019, perto de 33% dos trabalhadores do distrito de Coimbra no sector privado tinham vínculos de trabalho precários, ter-se-á de considerar que a precariedade no distrito e no concelho de

Coimbra é mais elevada, uma vez que estes dados não incluem o falso trabalho independente, os falsos estágios e outros tipos de vínculos precários.

O contrato a prazo com termo certo é a forma dominante de contratação através de vínculos precários no distrito (27% dos assalariados do distrito), seguindo-se o termo incerto (5%) e o trabalho temporário (1%).

Os homens trabalhadores são mais atingidos pela precariedade.

Os jovens são especialmente afectados por esta forma acrescida de exploração: perto de 51% dos trabalhadores com menos de 35 anos têm vínculos precários, representando quase metade do total dos trabalhadores com contratos precários no distrito de Coimbra (46%). Entre os 16 e os 24 anos este tipo de vínculo ultrapassa os 66% e entre os 25 e os 34 anos os 45%.

O baixo nível dos salários, bem como o aumento do custo de vida verificado em 2021 e que continua em 2022 colocam na ordem do dia a necessidade urgente do aumento geral dos salários e do salário mínimo nacional.

As mulheres trabalhadoras do distrito auferem salários ainda mais baixos do que os homens trabalhadores. Em 2019 o diferencial aproximava-se dos 15% no conjunto do distrito de Coimbra.

A Administração Pública paga, em média, salários mais elevados do que o sector privado, dado que a média das habilitações é mais elevada. Contudo, os trabalhadores do sector não recuperaram o poder de compra perdido desde 2010, uma vez que os salários praticamente não foram actualizados desde 2009 e tiveram cortes nominais que não foram devolvidos.

O **tecido industrial** do concelho, caracterizado por grande debilidade, assenta essencialmente em empresas de trabalho intensivo e de baixo valor acrescentado. Os sectores têxtil, cerâmico e da construção civil, outrora sectores fortes e fundamentais no aparelho produtivo do concelho, apresentam desde há alguns anos um peso residual nos planos económico, produtivo e social e são dos sectores mais atingidos pela desindustrialização. A instalação de novas empresas, de sectores de atividade de tecnologia de ponta ou de serviços, não absorveu a mão-de-obra, de forma a compensar as elevadas perdas de postos de trabalho, sendo cada vez mais os empregos precários e sem direitos.

O concelho é marcadamente caracterizado pela preponderância do **sector dos serviços**, com especial relevância no ensino (Universidade de Coimbra e Politécnico), na saúde (Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, IPO), em outros serviços como EDP, PT, CMC e CTT. Todavia, tem-se assistido à acentuada desvalorização dos serviços públicos com transferência e encerramento de serviços como centros de saúde/extensões, por vezes só não concretizados devido à luta das populações. A privatização dos CTT provocou o fecho de estações e fez piorar o funcionamento, o que tem tido consequências desastrosas até no recebimento das pensões de idosos. A isto soma-se o encerramento de balcões bancários, etc.

Verifica-se a existência de um elevado número de **micro e pequenas empresas**, com considerável peso social e importância pelo número de trabalhadores que empregam.

e por, de facto, prestarem, no essencial, serviços de proximidade. A maioria pertence ao sector do comércio, de atividades imobiliárias ou de alugueres e serviços prestados a empresas.

A proliferação de médias e grandes superfícies no sector do comércio a retalho tem gerado um processo de concentração do capital nos grandes grupos de distribuição, à custa da falência de milhares de pequenos estabelecimentos. Para além disso, as **grandes superfícies** têm um efeito negativo no emprego com direitos, sendo caracterizadas por elevada concentração de trabalhadores jovens e por emprego a tempo parcial, extremamente precário. A abertura de grandes superfícies na cidade e o anúncio de outras são uma ameaça real e que no caso do espaço comercial Atrium Solum, ameaçado por reconversão pelo grupo Mercadona tem contado com a oposição dos pequenos lojistas e utilizadores deste espaço da cidade.

A falta de um plano geral de reabilitação urbana da Baixa de Coimbra, a que acresce a cicatriz aberta pelas obras do Metro, tem aprofundado a degradação urbana. problemas deste sector

A **agricultura** do concelho de Coimbra, caracteriza-se pela predominância das pequenas e médias explorações de produtores autónomos, , e que produzem, principalmente, vinha e cereais para grão (milho) associados a prados temporários e culturas forrageiras. O olival, a batata, as culturas hortícolas extensivas e a horta familiar têm também uma expressão significativa, na economia do concelho de Coimbra, sendo que a floresta representa também um setor importante, existindo baldios com assembleias de compartes em actividade (Matas de S. Pedro, Marmeleira, Torres do Mondego e Antuzede).

A revalorização da agricultura familiar passa pela pela valorização do trabalho com a garantia de escoamento ao produtor a preços justos para este. Esta valorização passa pela reestruturação da distribuição do valor da cadeia, combatendo a grande concentração de lucros nas grandes empresas de distribuição e comercialização. Soluções como a criação de circuitos curtos da produção ao consumo, contribuindo à sua dimensão para o objectivo de uma política de desenvolvimento visando a soberania alimentar do país.

- **As eleições autárquicas de 2017**, apesar de uma descida considerável do número de votos e percentagem eleitoral, permitiram a manutenção do vereador da CDU na Câmara Municipal, na qual se considerou aceitar novamente responsabilidades em diversos pelouros.

O resultado obtido na Assembleia municipal, que se traduziu numa representação de três eleitos municipais (cinco em 2013) a que se acresce mais dois fruto das maiorias CDU em Juntas de Freguesia, permitiu-nos manter uma intervenção firme e constante neste órgão.

A CDU obteve maioria em duas Juntas de Freguesia, (Cernache, Taveiro/Ameal e Arzila), e 27 mandatos em Assembleias de Freguesia (contra 37 em 2013).

A CDU afirmou-se como uma importante e decisiva força política no concelho de Coimbra, pela postura e princípios dos nossos eleitos, pelo carácter diferenciador do projecto da CDU, pelo equilíbrio que assumimos na gestão municipal, não só desenvolvendo um reconhecido trabalho nos pelouros em que assumimos responsabilidades, mas também porque fomos determinantes na consolidação a nível do executivo e da Assembleia Municipal na reivindicação e aprovação de medidas positivas para as populações.

É de realçar todo o trabalho desenvolvido em torno da habitação social, com a requalificação histórica destas habitações, o trabalho desenvolvido em torno do bem-estar animal, as discussões das Grandes Opções do Plano e Orçamentos da CMC em que, com firme combatividade, a CDU e os seus eleitos conseguiram impor importantes melhorias, com reflexos práticos para as freguesias e a sua dotação orçamental, para as obras nas freguesias, que se encontravam paradas e estagnadas, nos transportes, na cultura e em outras áreas onde, sem o contributo da CDU a política municipal do PS seria ainda mais desastrosa.

Durante este mandato encontraram-se também dificuldades aos objectivos alcançados, nomeadamente ao nível da intervenção mais próxima e descentralizada nas freguesias, algo que depois de 2021

- **As eleições autárquicas de 2021** confirmaram o descontentamento e a paralisia da gestão camarária do PS.

O PS perdeu as eleições para uma coligação de direita, envolvendo partidos políticos e o movimento “Somos Coimbra”, apesar de esta junção de forças ter representado um acréscimo de apenas 222 votos para a Câmara Municipal, o que vai contra a visão que se quis promover de que o actual Presidente da Câmara seria um grande mobilizador da população de Coimbra.

Foram eleições disputadas num quadro difícil, pandémico e limitador da campanha a que estamos habituados, em que as nossas debilidades orgânicas vieram ao de cima.

Foram eleições marcadas por uma campanha massiva de polarização entre PS e a direita, apoiada em sondagens, artigos de opinião, silenciamentos e deturpações, que procuravam transmitir a ideia de que a CDU deixaria de contar no panorama autárquico em Coimbra. Tal não aconteceu.

Ainda assim deu-se um grande e significativo avanço no envolvimento de quadros e independentes com reflexos no nosso trabalho que foram positivos e que no quadro do desenvolvimento do nosso trabalho estão a marcar positivamente e precisam de ser mais aproveitados e potenciados.

A CDU não só estagnou a descida acentuada de votos, como em várias freguesias obteve subidas de assinalar. A CDU manteve o seu vereador, contrariando todas as sondagens, obteve 3 eleitos municipais, a maioria nas Juntas de Freguesia CDU e 25 eleitos de freguesia (menos dois que em 2017, apesar de uma maior % de votos nas freguesias em 2021).

A CDU confirmou-se como a força decisiva, com reconhecidos méritos e valorização entre a população de Coimbra, assumindo de novo pelouros na câmara Municipal de Coimbra, desta vez na área dos espaços verdes e jardins, na área da agricultura, alimentação e hortas comunitárias, na área da biblioteca e arquivos e de novo no serviço médico-veterinário.

Registe-se ainda que o quadro saído destas eleições tem permitido um avanço no nosso trabalho colectivo que, não estando completamente consolidado, tem potencialidades que devem ser aprofundadas.

Manter ligação entre eleitos, entre esses e as organizações, aprofundar o trabalho unitário, manter e desenvolver os organismos de acompanhamento do trabalho autárquico, melhorar a comunicação e o prestar de contas à população são linhas de trabalho que devem ser ampliadas.

1.3. A luta de massas no concelho

Apesar dos constrangimentos causados pela pandemia a luta da população de Coimbra esteve em diversos momentos em luta.

No campo da **saúde**, a luta em defesa do Hospital dos Covões, contra o seu encerramento e pela devolução das valências retiradas, assumiu particular relevo, mobilizando centenas de pessoas em vários protestos. Também a luta pela construção da nova maternidade de Coimbra junto a este hospital merece destaque.

As manifestações do **1º de Maio**, contrariando todas as dúvidas, são ainda dos momentos de luta mais expressivos no concelho, congregando em si as reivindicações dos trabalhadores de Coimbra.

As **comemorações do 25 de Abril** mantiveram o seu carácter reivindicativo e mobilizador de muitas associações do concelho, mesmo durante a pandemia. Depois de em 2020 não se ter realizado qualquer evento de massas e de em 2021 se ter realizado uma concentração na Praça da Canção, o regresso em 2022 da manifestação de dia 25 de Abril foi um sucesso, tendo sido uma das maiores dos últimos anos.

As comemorações do centenário do nosso Partido, quer com a instalação das 100 bandeiras quer com a iniciativa comício.

As iniciativas desenvolvidas em contra o encerramento da estação nova.

As iniciativas em defesa do comércio tradicional, envolvendo distribuições e contactos mas também reuniões com movimentos unitários e comerciantes da baixa.

As lutas sectoriais dos trabalhadores de coimbra, nas empresas e locais de trabalho, mas também em iniciativas convergentes, lutando por mais direitos e melhores salários.

As iniciativas em torno da paz, contra a guerra e de solidariedade internacionalista.

As lutas em defesa dos serviços públicos, contra os encerramentos dos postos dos CTT e da CGD, mas também as várias realizadas em torno da saúde.

2. Organização, intervenção e direcção

O Partido conta na concelhia de Coimbra com 608, membros do partido, 474 organizados por freguesia, 134 por célula de empresa ou sectores. Destes pagaram quota em 2018 - 148, 2019 – 134, 2020 – 167 e 2021 – 146, um número claramente insuficiente que urge inverter, as receitas próprias e em particular as quotizações são fundamentais para a independência política do Partido, delas depende em grande parte a nossa capacidade de intervenção.

Foram dados passos nas organizações de freguesia, em particular desde o processo de preparação das eleições autárquicas, um número significativo de freguesias reúnem, muitas vezes com carácter unitário o que permitiu um alargamento significativo de um núcleo de activistas da CDU.

Importa consolidar esta realidade, ampliar e estruturar o trabalho, eleger comissões de freguesia onde for possível, não perder o contacto, os encontros e as reuniões com os os independentes, procurando a cada momento também o recrutamento e integração destes na vida do Partido.

A intervenção foi nos últimos anos fortemente condicionada pela pandemia da Covid-19. Foram significativamente alteradas disponibilidades e fomos impedidos em larga medida de intervir junto das massas como sempre foi característica e necessidade do Partido. É de referir que ainda neste momento esta dificuldade se sente e é preciso inverter. É junto das massas, dos trabalhadores e do povo, afirmando as nossas propostas e as razões do Partido, ouvindo e adquirindo ferramentas para a intervenção, que obtemos a nossa maior força.

Não significa isto que a organização concelhia não tome posição, não conheça e procure intervir para transformar a realidade. No entanto num quadro em que somos profundamente silenciados e deturpados, cabe-nos encontrar formas e fazer esforços adicionais para dar visibilidade a essa mesma intervenção.

Em todas as circunstâncias mais difíceis da vida do país e do Partido, foi a ligação às massas o mais importante e fundamental elemento.

Demos passos significativos na intervenção nas redes sociais, algo que tinha vindo a ser apontado há anos como um dos pontos fracos da nossa comunicação, mas ainda muito há a fazer, como o estabelecimento de uma linha gráfica fixa para vídeos e documentos concelhios e a partilha dos conteúdos pelos camaradas nas suas páginas e em grupos locais nas redes sociais.

Não conseguimos ainda ter uma proliferação generalizada de boletins sobre a intervenção local, algo que merece atenção para não perder intervenção do Partido no período entre eleições autárquicas.

Importa, e demos passos importantes nos últimos meses, envolver as organizações locais nas campanhas nacionais do partido.

Importa retomar as iniciativas de convívio, almoços e jantares, bem como debates e iniciativas de discussão, aprofundamento das questões internacionais, nacionais e locais. Para estas iniciativas é de valorizar o novo espaço do rés-do-chão do Centro de Trabalho, que as permite acomodar com maior facilidade.

Importa retomar as visitas às freguesias, envolvendo vereador, eleitos municipais e de freguesia e a organização do Partido, visitas que nos ajudam a intervir nas instituições e movimento associativo e são elementos que ajudam também a organizar e estruturar o Partido.

Importa cuidar e racionalizar a nossa rede de propaganda visual, mantendo-a actualizada e em bom estado, facto que nem sempre conseguimos com a “velocidade” necessária.

Importa dar um significativo impulso à venda, divulgação á imprensa partidária, instrumento fundamental para o esclarecimento dos militantes do partido e por essa via de outros. Não existem neste momento redes de distribuição do Avante nas freguesias, existem alguns camaradas responsáveis por distribuir o avante e uma venda significativa no CT.

Torna-se necessário uma maior ligação e trabalho organizado dos comunistas ligados ao movimento associativo popular. Esta é uma realidade importante em Coimbra, existem um grande número de colectividades que desenvolvem um importante trabalho junto das populações. Existe também um significativo número de militantes

do partido envolvidos nesse trabalho. Tem faltado organização, intervenção sistemática e organizada.

A comissão concelhia cumpriu no fundamental o seu papel. É necessário, no entanto, reflectir e agir sobre o que correu menos bem, aumentando a regularidade, a participação, o trabalho e a decisão colectiva.

Na concelhia devem estar os responsáveis pelas freguesias, pelas frentes de trabalho, pela ligação aos sectores e locais de trabalho. Deve ser assumido por cada membro da concelhia a sua responsabilidade efectiva no trabalho do Partido. Este não se esgota na participação nas reuniões, é preciso haver estruturação intermédia e de base e, mesmo tendo conseguido dar passos importantes, há sem dúvida muito a fazer e muitas potencialidades na nossa organização que não estão a ser devidamente aproveitadas. É necessário estabelecer linhas de contacto organizadas com os militantes do partido, restabelecer ligações, restabelecer o pagamento das quotizações, recolher contributos e reflexões, criar espaços de discussão e participação. A Assembleia decide criar uma linha de contactos organizados com todos os militantes do partido, estabelecendo metas e responsáveis e com acompanhamento permanente. A assembleia de organização decide ainda uma campanha de recrutamento organizada, com levantamentos de nomes e contactos dirigidos, tendo como base todos os independentes que participaram nas listas autárquicas e outros que se destaquem nas lutas, nas empresas, nos movimentos de massas. A cada contacto realizado deve resultar uma informação sobre resultados.

A comissão concelhia deve reunir pelo menos uma vez em cada 2 meses e eleger um executivo de entre os seus membros que deve reunir entre reuniões da concelhia.

Deve-se procurar que as freguesias reúnam pelo menos uma vez entre cada concelhia.